

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães
Departamento de Saúde Coletiva
Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva

PAULO VICTOR RODRIGUES DE AZEVEDO LIRA

**CAMPESINATO, TRABALHO E ESTRANHAMENTO:
A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE EM ASSENTAMENTOS**

RECIFE

2016

PAULO VICTOR RODRIGUES DE AZEVEDO LIRA

**CAMPESINATO, TRABALHO E ESTRANHAMENTO:
A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE EM ASSENTAMENTOS**

Monografia apresentada ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva do Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para a obtenção do título de especialista em saúde coletiva.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Idê Gomes Dantas Gurgel

RECIFE

2016

Catálogo na fonte: Biblioteca do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães

L768c Lira, Paulo Victor Rodrigues de Azevedo.

Campeinato, trabalho e estranhamento: a determinação social da saúde em assentamentos / Paulo Victor Rodrigues de Azevedo Lira.

— Recife: [s. n.]: 2016.

28 p.: il.

Monografia (Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva) – Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.

Orientadora: Idê Gomes Dantas Gurgel.

1. Saúde do Trabalhador. 2. Pesticidas. 3. Agroindústria. 4. Agricultura Sustentável. I. Gurgel, Idê Gomes Dantas. II. Título.

CDU 331.47

PAULO VICTOR RODRIGUES DE AZEVEDO LIRA

**CAMPESINATO, TRABALHO E ESTRANHAMENTO:
A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE EM ASSENTAMENTOS**

Monografia apresentada ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva do Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para a obtenção do título de especialista em Saúde Coletiva.

Aprovado em: 14 /09/2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Idê Gomes Dantas Gurgel
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães – FIOCRUZ

Prof. Ms. Pedro Costa Cavalcanti de Albuquerque
Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Aqui não há espaço suficiente para agradecer a todas as pessoas que contribuíram com meu processo de formação, sabendo que esta construção não é feita apenas na academia, mas nos diferentes e essenciais espaços de aprendizado que a vida nos proporciona.

À minha mãe Adelia, minha irmã Virginia e a Maria pela compreensão, companheirismo e pela constante ajuda em todos os momentos, sem vocês tudo seria mais difícil.

Agradeço a Fernanda por todo o apoio, pela paciência e por sempre estar por perto para me ajudar no que for preciso, amo você!

A minha turma da residência, em especial a Vanessa, Camille, Kelly, Camila e Day pelos bons momentos vivenciados e pelo compromisso com a mudança da realidade em favor dos trabalhadores e trabalhadoras.

Ao camarada Pedro pela imensa ajuda durante todo o processo de construção do trabalho, pelo aprendizado compartilhado e pelos conselhos sempre muito úteis e sinceros.

À todos(as) do laboratório Saúde, Ambiente e Trabalho – LASAT, em especial à Idê pela orientação e paciência, com valiosas contribuições para o trabalho.

À todos(as) camaradas da militância, em especial, à Jones, Sebastião, Carol, João, Victória e Luana que de alguma forma ajudaram na construção do trabalho com apoio, sugestões, correções, críticas...

À professora Juliane Peruzzo que ministrou a disciplina trabalho na contemporaneidade, essencial para o aprofundamento nos estudos e melhor compreensão desta categoria nos dias atuais.

Aos trabalhadores dos serviços de saúde por onde passei durante a residência, em especial a Luciana e Letícia, pelas ajudas, confiança e amizade.

À coordenação da residência e aos trabalhadores do Aggeu Magalhães que constroem o programa dando sua contribuição diária para a manutenção da qualidade na formação de profissionais comprometidos com a defesa do SUS público, estatal, gratuito e de qualidade.

Aos camponeses, em especial aos dos assentamentos estudados, pelo exemplo, dedicação e ensinamentos durante o período do estudo, foram momentos de grande aprendizado.

À toda classe trabalhadora que sente na pele as injustiças de um sistema que tem como fundamento o benefício de poucos às custas da miséria e sofrimento de tantos! É possível mudar, percamos a paciência!

*“A pele será carícia e o corpo delícia
E os namorados farão amor não mercantil
Enquanto é a fome que vai virar indecência
Quando os trabalhadores perderem a paciência”*

(Mauro Iasi)

CAMPESINATO, TRABALHO E ESTRANHAMENTO: A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE EM ASSENTAMENTOS

PEASANTRY, WORK AND ESTRANGEMENT: SOCIAL DETERMINATION OF HEALTH IN SETTLEMENTS

CAMPESINADO, TRABAJO Y ALEJAMIENTO: LA DETERMINACIÓN SOCIAL DE LA SALUD EN LOS ASENTAMIENTOS

Autores:

Paulo Victor Rodrigues de Azevedo Lira – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Departamento de Saúde Coletiva, residente em Saúde Coletiva.

Idê Gomes Dantas Gurgel - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Departamento de Saúde Coletiva, mestre em saúde pública e doutora em ciências da saúde.

Endereço para correspondência:

Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães - Av. Moraes Rego, s/n, Campus da UFPE - Cidade Universitária - Recife/PE - CEP: 50670-420.

Telefone (81) 9.9122-4241.

E-mail: Paulo.alira@gmail.com

Artigo a ser encaminhado para a Revista Trabalho, Educação e Saúde.

LIRA, Paulo Victor Rodrigues de Azevedo. **Campesinato, trabalho e estranhamento: a determinação social da saúde em assentamentos**. 2016. Monografia (Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016.

RESUMO

Conhecer como se organiza o processo de trabalho em qualquer atividade produtiva é essencial para entender os impactos na saúde dos trabalhadores. Este conhecimento está associado à forma de organização da sociedade, que pode acarretar no desenvolvimento do ser, como também contribuir para seu estranhamento/alienação. Neste trabalho buscou-se compreender como se organiza o processo de trabalho do campesinato em dois assentamentos, influenciados por lógicas distintas, a do Agronegócio e da Agroecologia, e a partir dessa relação, como ocorre o estranhamento do trabalho e seus impactos na saúde dos assentados. É um estudo de casos múltiplos, baseado em abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas e grupos focais. Os dados foram analisados através da condensação de significados. Os resultados revelam que a condição de estranhamento (e combate a este) ocorre de diferentes formas nos dois assentamentos. Quando influenciado pelo agronegócio, apresenta-se em uma produção especializada, quase exclusiva de mercadorias e com uso intensivo de agrotóxicos. Já em relação a influência da agroecologia, apresenta uma produção diversificada, abolindo o uso de agrotóxicos e com menor intensidade no trabalho.

Palavras chaves: Agroindústria. Agricultura Sustentável. Pesticidas. Saúde do Trabalhador. Saúde Pública.

LIRA, Paulo Victor Rodrigues de Azevedo. **Peasantry, work and estrangement: social determination of health in settlements**. 2016. Monografia (Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016.

ABSTRACT

Knowing how is organized the working process in any productive activity is essential to understand the impact on health workers. This knowledge is associated with the form how society is organized, which may result in the full development of the being, but also contribute to estrangement/alienation. This study aims to understand how is organized the peasantry working process in two settlements, influenced by distinct factors: the Agribusiness and the Agroecology and, from this relationship, the labor's estrangement/alienation and its impacts on the settlers' health. It's a multiple cases study, based on a qualitative approach, using semi-structured interviews and focus groups. Data were analyzed through the condensation of meanings. The results show that the condition of estrangement (and the struggle against it) occurs in different ways in the two settlements, but, in both cases, it's related to the settler's health. When influenced by agribusiness, presented in a specialized production, almost exclusively of goods and intensive use of pesticides. Regarding the influence of agroecology, has a diversified production, abolishing the use of pesticides and with less intensity at work.

Keywords: Agrobusiness. Agrochemicals. Occupational Health. Public health. Sustainable Agriculture.

LIRA, Paulo Victor Rodrigues de Azevedo. **Campesinado, Trabajo y Alejamiento: la determinación social de la salud en los asentamientos.** 2016. Monografía (Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016.

RESUMEN

Conocer cómo se organiza el proceso de trabajo en cualquier actividad productiva es esencial para entender el impacto en la salud de los trabajadores. Este conocimiento se asocia con la forma de organización de la sociedad, y puede resultar en el desarrollo del ser, sino contribuir a su alejamiento / alienación. En este trabajo hemos tratado de entender cómo acontece la organización del proceso de trabajo de lo campesinado en dos asentamientos, influenciado por diferentes lógicas, la Agroindustria y la Agroecología, y su relación con lo alejamiento del trabajo y su impacto en la salud de los asentados. Se trata de un estudio de casos múltiples, con enfoque cualitativo, mediante entrevistas semiestructuradas y grupos focales. Los datos fueron analizados a través de la condensación de los significados. Los resultados muestran que la condición de alejamiento (y combatir) se produce de manera diferente en los dos asentamientos. Cuando la influencia de la agroindustria, presentado en una producción especializada, casi exclusivamente de mercancías y el uso intensivo de pesticidas. En cuanto a la influencia de la agroecología, tiene una producción diversificada, se suprime el uso de pesticidas y con menor intensidad en el trabajo.

Palabras Clave: Agroindustria. Agricultura Sostenible. Plaguicidas. Salud Laboral. Salud Pública.

INTRODUÇÃO

O trabalho é uma característica que difere o ser humano dos outros animais, por ter um caráter consciente, e independente da forma de organização da sociedade é condição de existência do ser humano na mediação entre este e a natureza (MARX; 2010; LUKÁCS; 2013).

Na sociedade capitalista, o trabalho, ato que deveria ser finalidade básica do ser social se converte em meio de subsistência (MARX, 2010; ANTUNES, 2011). Nesse contexto, engendram-se as condições concretas do trabalho estranhado/alienado (*Entfremdung*)¹, oriundas da relação entre o desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção, com influência da ideologia burguesa e sua relação com a consciência. A subsunção do trabalho ao capital, favorece a condição de estranhamento, que, mesmo originada no processo de trabalho, exerce influência em todas as esferas da vida (SARTORI, 2010; LUKÁCS, 2013). Ocorre, portanto, um estranhamento do produtor com o produto do seu trabalho, com a atividade realizada no processo de trabalho, com o gênero humano, afastando-se de sua atividade consciente livre, estranhando o ser humano do próprio ser humano, estabelecendo-se relações reificadas (MARX, 2010; IASI, 2011; LUKÁCS, 2013).

Considerando o processo produtivo da agricultura brasileira, nos últimos 60 anos, este atravessou mudanças que agravaram a crise ambiental e social, que se fortaleceram com o processo da “Revolução Verde” e com a consequente consolidação do Agronegócio (THOMAZ JR, 2004 a). Processo que impôs pacotes tecnológicos, com uso de agrotóxicos, fertilizantes, adubos químicos, sementes sintéticas, com a crescente implantação da maquinaria, associado ao fornecimento de crédito aos pequenos produtores, fatores estes, que aumentaram a dependência do campesinato ao mercado (NOVAES, MAZIN, SANTOS, 2015). O avanço na concentração de terras por parte dos grandes produtores, seguido pela atuação de empresas transnacionais contribuíram na expropriação das terras camponesas (MST, 2013). Neste panorama, proletariza-se parcela do campesinato, mesmo que temporariamente, configurando os chamados trabalhadores volantes. Mesmo submetido a estas relações, o campesinato manteve autonomia relativa na definição do processo de trabalho, em uma relação contraditória de resistência/dominação (MACHADO; MACHADO FILHO; 2014; NOVAES, MAZIN, SANTOS, 2015).

A produção de origem camponesa tem como característica a organização familiar com posse dos meios de produção, diferenciando-se da relação essencialmente capitalista baseada na proletarianização, assalariamento e acumulação de capital. O trabalho camponês tem como

essência o autoconsumo e a circulação simples de mercadorias para atendimento das necessidades da família. Características que não os torna imune as relações capitalistas que o submetem ao mercado através do auferimento da renda da terra e da monopolização do território (OLIVEIRA, 2004; 2007). Essa submissão foi potencializada pela lógica do agronegócio, sendo a estrutura e dinâmica da relação do campesinato com o mercado determinante na forma como ocorre a sua (re)produção (PLEIN, 2010).

No processo de resistência à dominação do capital, incorporam-se as lutas do campesinato, com produção de conhecimento e estímulo a uma práxis contrária a lógica do agronegócio. A agroecologia é uma ciência que busca integrar os saberes históricos dos camponeses com os conhecimentos de diferentes ciências. Se contrapõe a lógica do agronegócio (CAPORAL; AZEVEDO, 2011, GUZMAN; MOLINA, 2013). Movimentos Sociais do Campo, apontam a agroecologia como um caminho para o combate ao agronegócio, a opressão e alienação sofrida pelo campesinato (MST, 2013; NOVAES, MAZIN, SANTOS, 2015).

Em Pernambuco, a agricultura representou em 2010, 4,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, com cerca de 900.000 mil pessoas ocupadas (IBGE, 2011). O processo saúde doença desta população é determinado socialmente e está relacionado com o desenvolvimento do capitalismo, suas características locais, sem desconsiderar o antagonismo de classes e a relação como se dá, de maneira distinta entre estas, o acesso as riquezas socialmente produzidas (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014).

Esse processo evidencia-se especificamente quando relacionado ao uso de agrotóxico, pelo número de casos de intoxicações notificadas, apesar da elevada subnotificação (CARNEIRO, *et al.*, 2015). No período de 2007 a 2013, foram notificados 1506 casos em Pernambuco, relacionados à intoxicação por agrotóxico de uso agrícola. Do total das notificações por intoxicação, 64% são devido a tentativas de suicídio, destas 24% ocorreram em trabalhadores do setor agrícola (PERNAMBUCO, 2014).

O presente trabalho tem por objetivo compreender, sob a orientação da determinação social da saúde, como o estranhamento/alienação do trabalho ocorre na população camponesa de dois assentamentos, influenciados pelos princípios do agronegócio e da agroecologia, bem como as repercussões que essa condição social gera na saúde desses indivíduos.

PERCURSO METODOLÓGICO

Realizou-se estudo de casos múltiplos. Os dados foram coletados entre janeiro e maio de 2016, inicialmente com informantes-chave, selecionados por sua atuação na agricultura (representante do movimento social, de organização não governamental ligada à agroecologia, de entidade de direito privado que presta serviços técnicos, de órgão de fiscalização público, da academia e das lideranças dos assentamentos). Os assentamentos foram selecionados de acordo com o processo produtivo, se agroecológico ou convencional, pela localização próxima ao Recife, o que facilitou as visitas, e pelo contato prévio com as lideranças. A escolha dos entrevistados baseou-se nas informações obtidas com informantes-chave e na concordância dos agricultores em participar da pesquisa. Foi apresentado um termo de consentimento livre e esclarecido, contendo os objetivos, a metodologia e explicações sobre a livre participação e a preservação do sigilo. Os depoimentos foram gravados e posteriormente transcritos na íntegra.

Os assentamentos estudados ficam localizados na zona da mata pernambucana. O Assentamento Chico Mendes III conta com cerca de 165 assentados e tem sua produção baseada nos princípios da Agroecologia. O assentamento de Natuba conta com cerca de 300 agricultores trabalhando e residindo na região e tem sua produção influenciada pelos princípios do Agronegócio.

Foi empregada abordagem qualitativa, com utilização de técnicas de grupo focal e entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 2013). As ferramentas de Diagnóstico Rural Participativo (DRP), utilizadas nos grupos focais, são diagramas visuais e interativos que representam aspectos de uma realidade e são construídas por um grupo de pessoas em discussão. Cada ferramenta tem usos e procedimentos específicos, mas todas são instrumentos de abstração da realidade (FARIA; FERREIRA NETO, 2006). As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com informantes-chave e com assentados dos dois assentamentos. As entrevistas tinham como algumas questões orientadoras: a descrição do processo de trabalho, os motivos pelos quais aderiu a determinada forma de produção e as consequências do trabalho para a saúde.

Foram realizadas dez entrevistas individuais, sete com informantes-chaves e três com assentados, e quatro grupos focais. Em Natuba realizou-se somente um grupo focal devido à baixa adesão dos assentados. Assim, foram realizadas mais três entrevistas individuais com os assentados afim de reduzir as perdas pela não realização dos grupos focais. Para garantir o anonimato, os participantes foram denominados pela letra “S” (Sujeito) nas entrevistas

realizadas seguidas pelo número correspondente da entrevista. Utilizou-se a letra “G” quando o depoimento foi originado dos grupos focais, seguido do número do grupo focal.

O processamento e análise dos dados teve como base a condensação de significados (KVALE 1996). As categorias de análise foram: Processo de Trabalho (com subcategorias: inserção de tecnologias, produção, finalidade da produção, jornada de trabalho, pagamento recebido e tamanho do lote); Relação com o mercado (subcategorias: fluxo de mercadorias, dependência do mercado, dependência de fatores externos) e por último Estranhamento/Alienação (com subcategorias: autonomia, consciência, ideologia e saúde dos assentados).

Este estudo foi aprovado pelo CEP sob CAAE nº 44507115.5.0000.5190, nº parecer Plataforma Brasil 1.363.781.

PROCESSO DE TRABALHO, CAMPESINATO E A INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO

O trabalho no assentamento de Natuba é caracterizado por uma produção de base familiar, mas que eventualmente emprega trabalhadores assalariados. A contratação destes trabalhadores não descaracteriza a produção como camponesa, pois essa mantém-se baseada na circulação simples de mercadorias (OLIVEIRA,2007). O pagamento da força de trabalho assalariada é feito através de diárias, ou por semana trabalhada, com valores em torno de R\$ 300,00 à 400,00 por semana. A inserção do trabalhador assalariado, inclui uma dimensão diferenciada na análise, sobretudo na diferença da relação de trabalho assumida, já que os camponeses têm a posse do lote e os assalariados não, apesar da condição de trabalho apresentar semelhanças.

A produção do assentamento é quase que exclusivamente de hortaliças para a venda. Isso contrasta com a finalidade comumente atribuída à produção camponesa, que segundo Thomaz Jr (2004 b) é destinada à subsistência da família, através do autoconsumo e comercialização do excedente.

A transição da relação de autossuficiência do campesinato para uma dependência do mercado se constituiu diante de um processo histórico em que a separação da indústria camponesa da sua produção na agricultura foi fundamental para gerar a dependência da produção industrial (LUXEMBURGO, 1970). O campesinato possui necessidades externas ao que é produzido por ele e essa relação pode acarretar em uma intensificação do trabalho, devido, na maioria dos casos, ao preço do produto oferecido pelo camponês ser estabelecido por um agente externo (WANDERLEY, 1985). Essa dependência é expressa: (S8: “[...] que nem a gente não plantava esse salsão. Aí J... disse assim: vocês planta aí, agora o preço é esse. Ele paga os moinho a cinquenta centavos, meu preço vai ser esse. Já faz uns cinco ano que a gente planta e bota pra ele o preço é o mesmo a cinco anos atrás!”).

Para esta autora, a venda da produção não é exclusivamente do excedente, não havendo uma distinção clara entre autoconsumo e venda do excedente. Essa relação sofre mediação determinante do mercado, e das necessidades de reprodução da família.

Outro fator determinante para a relação de produção ser majoritariamente baseada na produção de mercadorias é o tamanho reduzido dos lotes, o que Lustosa (2012) caracteriza como “reforma agrária com pouca terra” típico de um “reformismo conservador”. Fica expresso no trecho:

[..] a primeira desapropriação foram 25 hectare, pra você ter uma ideia foram assentadas 85 famílias. As outras áreas foram maiores, porque o pessoal já morava no seu sitiozinho, ficou

na faixa de 2, 3, 4, 5 hectare. Se você tivesse um agricultor, com no mínimo 5 ou 6 hectares o que é que ele faria? Plantava o coentro, ele plantava o cebolinho, ele plantava outro tipo de cultura [...] Servia pra vender e servia pra alimentação (S3)

Há uma relação inversamente proporcional entre o tamanho do lote e a autonomia dos camponeses. Relação associada ao processo de “Reforma Agrária” desenvolvido no país, uma vez que este se configura como uma “Política de Assentamentos” sem levar em conta as necessidades dos assentados, e ainda beneficiando os antigos “donos das terras” desapropriadas (MIRALHA, 2006).

O tempo da cultura também é importante para definição da produção no assentamento. As culturas de curta duração, como coentro e alface, são escolhidas em detrimento de culturas de longa duração, como banana e macaxeira, pela necessidade de comercialização.

A comercialização dessas culturas é feita aos atravessadores, ao CEASA, a grandes supermercados, e ainda há venda direta em feiras livres. Para garantir a venda e reduzir gastos com o frete, tende-se a priorizar os atravessadores. Dessa forma, mesmo sem ter a posse direta do meio de produção, o mercado define processos relacionados a produção das famílias que em uma escala ampliada, terá uma contribuição para a reprodução do capital.

Oliveira (2007), chama a atenção para a sujeição da renda da terra camponesa ao capital. Para este autor:

O caminho para se entender a presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não capitalistas de produção se dá sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital (OLIVEIRA, 2007; p.40).

Evidencia-se uma relação de “monopolização do território”, pois o capital, mesmo não tendo a posse do meio de produção, subordina a produção à sua lógica (OLIVEIRA, 2004). Situação descrita por Silva Júnior (2009) ao analisar a produção de assentamentos de reforma agrária do MST em Pernambuco, onde os assentados que conquistaram a terra de antigos engenhos de produção de cana-de-açúcar mantêm a produção voltada para as usinas canavieiras.

Com o avanço das relações capitalistas no campo brasileiro, acelerada pela “Revolução Verde” houve mudanças nos processos produtivos, marcados pela inserção de tecnologias, expropriação de terras camponesas, reconfigurando suas formas de produção e aproximação do mercado (OLIVEIRA, 2007).

Com a constituição do assentamento de Natuba na década de 1980, são realizados incentivos por parte do poder público e do Banco Mundial:

Estávamos com a equipe, com um projeto elaborado de irrigação. Foi motor, cano, mangueira –que na época se irrigava com mangueira, então tudo a gente conseguiu de graça, a fundo perdido pelo PRO-RURAL, quem financiou aqui foi o banco mundial, junto do governo do estado na época (G2).

Na contramão do demonstrado por Biachini e Medaets (2013), que colocam as ações desenvolvidas pelo Banco Mundial, através dos Programas de Desenvolvimento em áreas rurais na década de 1970 e início dos anos 1980, com temática que abordava a “Inclusão Social” e “Manejo dos Solos e Águas” como resposta as ações anteriormente desenvolvidas pela “Revolução Verde”, as ações em Natuba parecem aprofundar o uso/dependência dos pacotes tecnológico, como demonstra o trecho: (S10: “De primeiro quando a economia daqui tava começando os produto químico era menos. Porque a qualidade da terra era nova. Não era trabalhada. Com o passar do tempo a gente botando produto químico na terra, aí vai prejudicando a terra. Não fica com aquela saúde”.)

A inserção de novas tecnologias também trouxe mudanças positivas no processo de trabalho e na saúde dos produtores:

Melhorou muito, porque antigamente era no agudador. [...] Nós começava era onze hora da noite a aguar. Tinha vez que o dia tava amanhecendo a gente ainda tava aguardando[...] (Hoje) com um motor de baixa potência, a gente agoa uma área três oitava com trinta minuto. Quer dizer, melhorou muito. Até na cavagem de leirão adiantou, que hoje em dia tem o trator. (S8)

Apesar das mudanças positivas causadas pela inserção de tecnologias, as cargas de trabalho (LAURELL; NORIEGA, 1989) permanecem, principalmente relacionadas à intensidade do trabalho: (G2: “Esse trabalho de horta é um trabalho que requer de domingo a domingo”).

Dentre as mudanças implementadas, o uso de agrotóxicos tem importante papel. O município de Vitória de Santo Antão, onde está localizado o assentamento, foi o que apresentou maior número de amostras com resíduos de agrotóxicos proibidos e acima dos limites permitidos em monitoramento realizado nos anos de 2011 e 2012 (PERNAMBUCO, 2014). Na entrevista, o uso intensivo de agrotóxico é destacado: (S8: “[..] Eu dali passo quatro, cinco qualidade (agrotóxicos), cada um tem uma função. Na sementeira sempre é uns produto mais forte. Sempre variando, não uso sempre a mesma coisa. Senão minha química não vai fazer nada.”).

A dependência desse modelo, baseado no consumo de insumos químicos e na produção especializada de culturas está diretamente associada ao ideário do agronegócio, que se reproduz nas ações do Estado, como a extensão rural, que hegemonicamente cumpriu com

um papel “domesticador” (FREIRE, 1983). Na fala de um trabalhador de um órgão de fiscalização isso é expresso:

[...] eles pensam que a saúde tá muito boa, porque a maioria é assim. Aí: “Dr., a 40 anos que eu trabalho com isso, não tenho medo de veneno”. Eles são muito ignorante. (eu digo:) “Mas rapaz, isso aqui faz mal [...] você pode ter uma doença dentro do seu organismo [...] isso causa câncer”. Ele fica com certo receio, depois, por acharem que estão fortes, continuam e aumentam de novo. É um ciclo. E eles, infelizmente, o homem só gosta de visar o lucro. (S6)

Essa postura reforça posições referendadas a partir do “ato inseguro”, em que a culpa pelo uso de agrotóxicos, intoxicações e acidentes de trabalho são atribuídas exclusivamente aos agricultores, sendo desconsiderado o processo sócio histórico em que essas relações se construíram.

Processo de Trabalho, Campesinato e a influência da Agroecologia

No assentamento Chico Mendes III a força de trabalho é de origem familiar, composta em sua maioria por adultos, com faixa etária acima dos 40 anos, e idosos. Há uma baixa participação dos filhos, netos, sobrinhos dos assentados na produção, conforme também evidenciou Barbosa Jr (2013).

A influência dos princípios da agroecologia é percebida nas alterações no processo de trabalho e nas relações entre os agricultores, conforme expresso na fala (S1: “não tenha dúvida que os agricultores que já interiorizaram os princípios da agroecologia eles têm uma relação melhor com a natureza...”). Apesar das mudanças, o apoio governamental é questionado, com cobranças em relação a mais incentivos para a produção de base agroecológica.

O assentamento produz variadas hortaliças, frutas, além da criação de animais. Este processo resgata relações baseadas no conhecimento dos agricultores em diálogo com outras áreas de conhecimento científico e expressa as mudanças realizadas pela transição agroecológica. Martins (2010) afirma que a agroecologia se fundamenta em novas experiências na relação entre humanos e a natureza, abordando mudanças no processo produtivo, em que, ao contrário do latifúndio “se produz alimentos saudáveis e se recupera e preserva a natureza [...] Com base nas características do ecossistema local [...] se reorganiza o trabalho e se constrói relações de produção não alienadas” (MARTINS, 2010; p. 37).

A produção do assentamento tem como finalidade o autoconsumo e a venda de parte excedente. O autoconsumo é potencializado pela variedade das culturas produzidas, o que indica uma melhor qualidade na alimentação, dependendo menos da compra no mercado, sem excluí-la.

A venda da produção ocorre em feiras livres agroecológicas e “convencionais”, e também porta a porta, mas com variação de preço: (G3: [...] na feira orgânica a gente tem o preço agregado. Pra vender na porta não podemos vender naquele preço da feira, senão vamos perder o cliente”).

O tabelamento dos preços dos produtos agroecológicos e a venda direta nas feiras são mecanismos que minimizam a submissão do camponês ao mercado. Apesar disso, não são todos os assentados que se deslocam para as feiras, parte destes pagam frete ao grupo que comercializa a produção.

Apesar da maior autonomia no processo de trabalho, na realização pessoal dos assentados, na obtenção do lucro e no consumo da produção, a renda obtida com a venda dos produtos tem característica de complementariedade, não sendo a fonte exclusiva de ganho:

Toda semana, mesmo eu não indo pra feira é 70, 60, tem semana que é 100 reais que apuro das minhas hortaliça, mandando pelos companheiro que vai pra feira. Já ajuda muito na minha renda. Dá pra pagar uma conta de luz, se eu quero comer uma carne de boi eu vou lá e compro. (G3)

O trabalho assalariado de algum membro da família e as aposentadorias apresentam relevância:

Eu trabalhava até fora, eu fazia uma diária [...] quando eu vim pra cá, não era aposentada e não tinha outra renda [...] Mas eu creio que Deus vai me ajudar e eu vou me aposentar e ele (companheiro) não vai precisar mais estar a semana todinha trabalhando. Ele vai trabalhar aqui dentro” (G3)

Observa-se uma dependência, expressa na necessidade de renda alternativa, externa ao processo de trabalho desenvolvido no assentamento. Contudo, as relações baseadas nos princípios da agroecologia modificaram o processo de trabalho, com mudanças práticas relacionadas ao uso de adubos orgânicos, sementes crioulas, além de técnicas que favoreçam um trabalho mais confortável para os assentados. Essas mudanças alteraram a forma dos agricultores compreenderem as relações sociais no assentamento e no âmbito da sociedade indo ao encontro do analisado por Mazalla Neto (2015) que destaca o potencial emancipatório dos assentamentos ao se mostrarem “como espaços sociais concretos, territórios que passaram a construir novas formas de organização social, outras experiências de trabalho e relação com a terra” (MAZALLA NETO, 2015; p. 231-232).

Estranhamento e Determinação Social da Saúde

A crescente subordinação ao mercado e a sujeição da renda da terra camponesa ao capital potencializam a condição de estranhamento e tem repercussões para além da esfera econômica na vida dos assentados, comprometendo suas condições de vida e saúde. Lukács

(2013) caracteriza o processo de estranhamento como histórico e social, refutando uma abordagem deste conflito social como uma condição humana universal.

Nos assentamentos estudados as relações de trabalho estabelecidas são baseadas no trabalho familiar com os assentados tendo posse dos meios de produção. Para Marx (1978), essa relação de trabalho não estaria subsumida ao capital, pois a forma de produção da mesma não se dá através de uma relação assalariada de trabalho, em que o trabalhador não possui o meio de produção, sendo a finalidade principal a extração de mais valia. Lukács (2013) analisou uma forma de estranhamento originada no processo de (re)produção na sociedade capitalista que tem como essência a reprodução ampliada do capital, conseqüentemente a subsunção do trabalho ao capital. Diante disso, (re)afirma-se o que Oliveira (2004) elabora:

A análise da agricultura, especificamente a brasileira, neste final de século (XX) deve ser feita no bojo da compreensão do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Isso passa pela compreensão desse desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, gera também, igual e contraditoriamente, relações não capitalistas de produção e de trabalho, como, por exemplo, as relações camponesas [...] todas necessárias a sua lógica de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2004; p. 40).

Em Natuba, observou-se diferenças nas relações de trabalho dos assentados e dos trabalhadores assalariados do assentamento, expressas na descrição do assentado:

Os trabalhador tem horário. Chega seis e meia, pra sete horas pegar no serviço. É de sete as onze. Para pra almoçar, aí pega de uma as cinco [...] Quem é proprietário ele é que faz o horário dele. Porque se eu trabalho pra eu, aí eu chego cedo, vou-me embora cedo, saio tarde. (S10)

Evidenciou-se “maior autonomia” no controle da jornada de trabalho, por parte dos assentados, apesar que, dependendo do período e do preço das mercadorias, tenham que intensificar e prolongar suas jornadas para além da jornada dos assalariados.

A escolha pelo trabalho no assentamento por parte dos assalariados expressa as relações de estranhamento caracterizadas por Marx (2010), onde a finalidade básica não é o atendimento de uma carência, mas um meio de satisfazer necessidades fora do trabalho: (G2: “O motivo (do trabalho assalariado) é o dinheiro. Ganha o ganho mais. Porque não querem ficar em cima daquele salário. Ele questiona isso. “Oxe, eu vou trabalhar fichado (com carteira assinada), vou ganhar 800 reais, vou nada! É melhor ficar aqui”).

Existe a cisão entre os trabalhadores e sua produção, aparecendo o processo de trabalho e conseqüentemente a produção estranhada dos trabalhadores, repercutindo na subjetividade destes.

Para os camponeses do assentamento, o trabalho não se desenvolve a partir de seu caráter genérico, como uma atividade consciente livre. Mesmo engendrado sobre relações de

trabalho que não são essencialmente capitalistas, estas sofrem determinações centrais da totalidade social, havendo apenas autonomia relativa. A relação com o mercado e com o Estado são marcantes no processo em Natuba.

No assentamento influenciado pelos princípios da agroecologia, o consumo da produção, a diversidade de culturas produzidas, a venda direta em feiras agroecológicas, a relação com o Estado e a dependência de renda externa mostram-se expressões concretas e contraditórias da relação estranhamento (e seu combate).

Um aspecto a ser destacado é a relação dialética entre ideologia e estranhamento. Percebe-se a organização das relações materiais capitalistas ao nível da consciência dos assentados, sobretudo na reprodução de necessidades, como por exemplo, a dependência do uso de agrotóxicos em Natuba:

Vamos pro IPA, outras pessoas que vem (iniciativa privada), faz curso com a gente, então explica como devemos trabalhar com aquela, com essa cultura pra gente não ter tanto prejuízo na doença [...] eles fala que é pra gente combater ela de pequeno, é de nova, porque falam: quando uma criança nasce, qual é a primeira coisa que tem que fazer? Vacinar (utilizar agrotóxico). A mesma coisa é a agricultura, eu mesmo cumpro a minha parte, agora só que a maioria não cumpre... agora aqueles que não cumpre sofre. (S8)

É estabelecida a relação entre materialidade e o processo de consciência dos agricultores, moldado ao modelo hegemônico do agronegócio. Esta dependência se estruturou historicamente, atendendo as necessidades de reprodução do capital. Apesar dos estudos sobre o adoecimento e morte causado pelos agrotóxicos, e a alarmante subnotificação de casos de intoxicação (CARNEIRO *et al.*, 2015), os órgãos técnicos comparam o uso dos mesmos com um fator protetivo (vacina), logo se deduz, com poucos riscos à saúde, discurso e prática incorporados pelos assentados.

Outro sujeito critica o uso de agrotóxicos, inclusive relacionando ao adoecimento dos agricultores, apesar de permanecer em um paradigma hegemônico baseado no “uso seguro”: (S3: “É ver a evolução, ver os problemas também. Veio mais produção, veio mais problema, veio mau uso de agrotóxicos [...] Veio a doença no agricultor. Pelo uso indevido do agrotóxico”).

Evidencia-se a emergência da primeira forma de consciência (IASI 2011) com a explicitação ideológica de um modelo que tem em sua concretude a subordinação do campesinato ao mercado. O processo de construção dessa forma de consciência é essencial para uma condição de estranhamento, e suas repercussões ultrapassam as esferas produtivas, causando impactos em diversas esferas da vida, inclusive na saúde. Porém, isso não quer

dizer, que os assentados expostos as contradições da realidade não possam atingir outro nível de consciência e transformação da materialidade.

Em Chico Mendes III, observa-se uma dimensão coletiva de consciência sendo expressa: (G3: “Nós estamos aqui através do movimento, através da bandeira do MST [...] Aonde o MST está a bandeira da gente...”). Os assentados se identificam como movimento, logo, possuem uma organização para além de sua revolta individual, abrindo uma possibilidade nova, a transformação de relações que antes pareciam intransponíveis na primeira forma de consciência. Segundo Iasi (2011), a consciência em si emerge desse processo de articulação coletiva, mesmo que o objetivo final ainda seja a conquista no âmbito individual. No assentamento a luta pela terra iniciada em 2004, parece ter sido decisiva neste processo (NUNES *et al.*, 2009).

Destaca-se a importância da ideologia no processo de consciência, que pode ter uma característica de manutenção do *status quo*, mas também de superação. Lessa (2002) ressalta:

Como todo complexo social, a ideologia também passa por um processo de desenvolvimento. Nesse processo, o surgimento das classes sociais é um momento fundamental. A partir do surgimento da luta de classes, a ideologia deve não apenas justificar, tornar razoável, operativa a práxis cotidiana, mas também fazê-lo de modo a atender aos interesses de classe. O ser das classes, e os conflitos entre elas, passam a permear a ideologia; e, ao mesmo tempo, a luta de classes tem na ideologia um de seus momentos mais importantes, já que ela é decidida, em última instância, no momento em que uma sociedade se nega a objetivar determinados valores e ideias em favor de outros valores e finalidades (LESSA, 2002; p. 33).

Assim como órgãos técnicos, públicos e privados, exercem influência sobre as ações desenvolvidas em Natuba, o MST também busca alterar o processo de trabalho influenciado pela lógica dominante.

A mudança no processo produtivo, com o conhecimento sobre os prejuízos do uso de agrotóxicos e sua relação direta com a saúde, é expressa na entrevista da liderança do assentamento:

Quando você planta e vê ficando pequenininho, que estão morrendo você bota um veneno, um adubo. Aquele adubo sobe ele. Subiu, ficou bonito, você vende. Agora, daqui a um ano, dois anos, ou antes mesmo a terra está destruída porque não tem força, porque você matou aquele local que você tá trabalhando. E aqueles vivente que comeu do seu prantio? Por dentro, vai criar um câncer! (S4)

Destaca-se a articulação entre o complexo da ideologia, o processo de consciência e o estranhamento (e seu combate), todos com a mediação determinante da realidade concreta, influenciando no processo saúde doença dessas populações.

Uma maior autonomia no trabalho é destacada, sobretudo no assentamento de base agroecológica. Os assentados comparam as relações atuais de trabalho com experiências de trabalhos assalariados executados anteriormente. No geral, quando feita a comparação, o

trabalho assalariado é descrito como uma experiência desrealizadora, degradante, enquanto a experiência no assentamento aparece com um sentido positivo, com mais autonomia e liberdade. Isso é expresso no trecho:

O trabalho fichado a gente trabalha pra os outro. Somo escravo do trabalho para os outro. E aqui dentro estamos trabalhando pra nós. A gente tá trabalhando a hora que quer, faz o que quer no nosso roçado. A gente vende, sai daqui com o nosso prantio pra vender na feira, nas ruas. (G1)

Outro trecho, ressalta o caráter aviltante do trabalho assalariado desenvolvido antes e durante parte do período no assentamento:

Amanhecia o dia sufocada dentro de um elevador pra trabalhar pra seu fulano, ganhava 70 reais por dia, hoje se eu ganhar 10 conto eu sou mais feliz. Porque eu tinha que lavar o banheiro de seu fulano, com licença da palavra, cagava no chão e eu tinha que limpar, eu tinha que comer sentada no chão [...] isso entristece minha alma. Então, pra mim foi feio, horroroso trabalhar pra elite [...] essa mulher eu trabalhei 23 anos pra ela, ela juntava pele de galinha, que eu nunca comi pele de galinha, a ponta de asa e ainda dizia: olhe G..., eu juntei tá aí, leve pra botar no seu feijão. Isso é uma humilhação. (G3)

Mazalla Neto (2015) relata o potencial emancipador do trabalho sob os princípios e práticas da agroecologia, apesar de reforçar sua parcialidade, ressaltando que a emancipação humana só se daria com a ruptura e transformação da sociedade em sua totalidade. O autor enfatiza que a construção das experiências agroecológicas se dá em contraste com as experiências degradantes vivenciadas anteriormente, impulsionando novas formas organizativas da (re)produção, corroborando com o observado em Chico Mendes III. A negação das experiências degradantes vivenciadas potencializa a afirmação das práticas agroecológicas.

A respeito da relação dos assentados com sua produção, existem diferenças entre os assentamentos. No que produz sob influência do agronegócio, a relação está majoritariamente associada a produção para venda (valores de troca). Pouca é a funcionalidade da produção com objetivo de consumo (valor de uso): (G2: “Não, não (se consome a produção). Eu mesmo só vou comer um pé de alface quando vou no comércio[...] Aquele restaurante selve-serve aí bota uma saladinha.”)

Já no assentamento influenciado pela agroecologia, parte da produção é destinada para o autoconsumo e o excedente comercializado: (G3: “A gente olha que foi uma luta pra gente conseguir, mas valeu a pena. A gente hoje tá comendo algo que não é com veneno que é das própria mão da gente, que os filho da gente vai se alimentar”) e (G1: “Me enche de alegria de hoje eu poder dizer que nós planta orgânico [...] Nós estamos levando pra sociedade a se alimentar de um produto de boa qualidade”).

O processo de trabalho e a relação de exteriorização do trabalho (LESSA, 2002; LUKÁCS, 2013) impulsionam relações menos dependentes na produção de base agroecológica e contribuem para o estranhamento sob a lógica do agronegócio. A finalidade quase que exclusiva na produção de valores de troca, mesmo que voltada para a subsistência familiar, modula os assentados a procurarem formas mais rápidas e econômicas de produção, essa relação pode ser decisiva no uso de agrotóxicos e adoecimento dos assentados. Os depoimentos reforçam a falta de orientação nas casas que vendem agrotóxicos sem alertar para os perigos oriundos do uso. Também reforçam a existência do adoecimento pelo uso de agrotóxicos, principalmente os assentados mais “antigos”, que utilizavam os produtos sem tantas “preocupações”. O cuidado só se torna mais presente a partir da ocorrência dos casos: (S3: “Nós temos o presidente da cooperativa aqui, tem um problema seríssimo [...] E só bota que foi o uso de agrotóxico. Agora já tem um maior cuidado, mas de primeiro o caba pegava de bermuda, descalço).

No assentamento que tem a produção de base agroecológica algumas entrevistas expressam a compreensão sobre os malefícios ocasionados pelo uso de agrotóxico, ultrapassando a esfera do indivíduo que produz, com falas relacionando a saúde do ambiente, da família e das pessoas que irão consumir a produção. Não é desprezada a dimensão da comercialização, mas mesmo nela existe a preocupação com a saúde de quem se alimentará.

Mazalla Neto (2015) aponta que o domínio do processo produtivo, com utilização de técnicas que diminuam a dependência do mercado, contribui para o combate do estranhamento nos assentamentos. Isto é confirmado nas relações desenvolvidas no assentamento que tem influência da agroecologia, onde observa-se uma menor dependência em relação ao mercado, potencializado por uma alimentação mais saudável, uma maior autonomia do processo de trabalho em uma relação diferenciada com o território, explicitada em um maior cuidado com a saúde em seu conceito ampliado (BATISTELLA, 2007).

Apesar das diferenças expostas, o processo se constrói de maneira contraditória nos dois assentamentos. Uma semelhança entre os dois processos de trabalho é a diminuição ou ausência de jovens das famílias camponesas nas atividades ou morando nos assentamentos. Estes migraram para a cidade buscando, no assalariamento, sua forma de subsistência. Isso pode ser relacionado a diversos fatores, dentre eles, a instalação de indústrias na região e a desvalorização do campo. Fica expresso na fala do assentado em Natuba: (S3: “Vitória industrializou-se, inclusive aqui em Natuba nós temos as indústrias. Muitos filhos do agricultor não convive mais dentro da agricultura. Prefere ser empregado numa fábrica do que viver na agricultura”).

E no desejo de uma agricultora em Chico Mendes III:

Ser alguém na vida o amanhã. Um alguém que eu não fui, que eu não sou. Eu não quero isso pros meus neto (trabalhar na agricultura). E tenho certeza que o R..., meu neto mais velho, a S... e o J... eles não chegam perto disso aqui... eu não quero o amanhã meus netos dentro do mato com uma enxada. (G3)

Nesse último depoimento, emergem as contradições presentes na realidade dos assentados. Mesmo tendo um processo de trabalho mais autônomo, consciente, isso não se manifesta no desejo de continuidade para as gerações futuras da família, aparecendo a vida e o trabalho no assentamento como desvalorização do ser.

Porém, no mesmo grupo, podemos perceber a dimensão individual da consciência que vai sendo modificada em articulação com sua dimensão coletiva, ou seja, não há uma uniformização do pensamento, apesar de haver bandeiras de luta em comum. No desejo de outra assentada de Chico Mendes III:

Tenho dezessete neto, dois bisneto e meu sonho era que eles viesse para o campo. Não será o campo que deixa de dar dignidade, o homem pode ser formado no campo, pode trabalhar na terra, não é vergonhoso [...] Gostaria muito que não só dois ou três, que meus dezessete neto tivesse essa oportunidade que eu tive, de ser liberto, de não trabalhar pra elite. Eles trabalhar, fazer o que gosta, o que quer, ter essa liberdade de ir e vir, montar no cavalo, pescar de açude. Ter essa liberdade não tem nada que pague. (G3)

Apesar das diferenciações nos processos produtivos, alguns problemas de saúde são comuns aos assentamentos. A persistência de doenças infecto-parasitárias, com destaque para a esquistossomose em Natuba (LEAL NETO, 2012), Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT) e o aumento das Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT), com evidência para a hipertensão e diabetes, são aspectos que aproximam a realidade e a dificuldade no acesso a direitos básicos, como saneamento, acompanhamento regular das famílias pelos postos de saúde, entre outros.

Albuquerque e Silva (2014) analisam como a construção do processo saúde doença é determinado socialmente, ou seja, a saúde dos assentados bem como a construção de “hábitos saudáveis” não são produtos exclusivamente dos indivíduos, estando diretamente associadas a apropriação das riquezas que são socialmente produzidas e a relação que esses indivíduos têm na complexa divisão social do trabalho. Dessa forma, a saúde é determinada socialmente para diferentes grupos, de caráter distintos e articulados em uma mesma sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao comparar os processos de trabalho sob lógicas distintas, o agronegócio e a agroecologia, observou-se que ambos estão inseridos no modo de produção capitalista, e que mostram na lógica contraditória do capital, as formas de resistência/dependência do campesinato a este modelo.

A relação entre o processo saúde doença e o trabalho nos assentamentos estudados é determinada de acordo com a forma de (re)produção dos assentados em articulação com a sociedade. Portanto, a relação de dependência com o mercado é maior no modelo influenciado pelos princípios do agronegócio, onde o estranhamento/alienação do trabalho se manifesta numa produção especializada, produtora de mercadorias, processo que dificulta a relação de identidade entre o produtor e seu produto. A dependência de um conjunto de técnicas introduzidas por uma lógica externa a da produção camponesa, favorece o uso e o adoecimento pelos agrotóxicos.

O assentamento influenciado pelos princípios da agroecologia apresenta menor subordinação ao mercado, conferindo mais autonomia no processo de trabalho. A relação com o movimento social, o consumo da produção, a maior preocupação com o ambiente e com a qualidade da alimentação da população conferem um aspecto parcial de combate ao estranhamento. A dependência de uma fonte de renda externa e as dificuldades encontradas em relação a direitos básicos atuam contraditoriamente no processo de (re)produção do assentamento, despertando sentimentos distintos, como por exemplo, descrever o trabalho no assentamento como emancipador, mas não desejá-lo para um membro da família.

A análise do estranhamento/alienação se mostrou importante para se aproximar da compreensão da indissociável relação subjetividade/objetividade, expressando como as relações materiais estabelecidas são determinantes na forma de adoecer e morrer dos assentados.

Apesar das relações construídas sob a lógica agroecológica apresentarem um potencial emancipador, não há dúvidas ao afirmar que a superação plena desta forma de estranhamento só se dará com a superação do modo de produção capitalista e a construção de uma sociedade que tenha como essência a emancipação humana.

A pesquisa teve como limitação o estudo em apenas dois assentamentos. Sugere-se aprofundar o estudo em assentamentos influenciados pelas duas lógicas, na tentativa de compreender a organização do processo produtivo e sua relação com a saúde dos camponeses.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Guilherme S. C. de; SILVA, M. J. de S. e. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p.953-965, out./dez. 2014.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p

BARBOSA JÚNIOR, Sebastião A. **A ETNOVETERINÁRIA NO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III:: AS RELAÇÕES DOS CAMPONESES E CAMPONESAS COM OS ANIMAIS..** 2013. 52 f. TCC (Graduação) - Curso de Medicina Veterinária, Medicina Veterinária, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

BATISTELLA, Carlos. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: FONSECA, Angélica F; CORBO, Anamaria D (Org.). **O território e o processo saúde doença.** Rio de Janeiro: Epsjv, 2007. Cap. 2. p. 51-86

BIANCHINI, Valter; MEDAETS, Jean P. P. **DA REVOLUÇÃO VERDE À AGROECOLOGIA: PLANO BRASIL AGROECOLÓGICO.** Brasília: [s.i.], 2013. 21 p.

CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. de (Org.). **PRINCÍPIOS E PERSPECTIVAS DA AGROECOLOGIA.** Paraná: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância, 2011. 192 p.

CARNEIRO, Fernando F. et al (Org.). **Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** São Paulo: Expressão Popular, 2015. 624 p.

FARIA, Andréa A. da C; FERREIRA NETO, Paulo S. **Ferramentas de Diálogo:**Qualificando o uso das Técnicas de DRP Diagnóstico Rural Participativo. 2. ed. Brasília: Ieb, 2006. 23 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

GUZMAN, Eduardo S.; MOLINA, Manuel G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 96 p.

IASI, Mauro L. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 176 p

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Agrícola Municipal, 2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20/01/2016

KVALE, S. **InterViews: an introduction to qualitative research interviewing.** Thousand Oaks: SAGE Publications, 1996.

LAURELL, A. C. & NORIEGA, M., 1989. **Processo de Produção e Saúde: Trabalho e Desgaste Operário.** São Paulo: Hucitec.

LEAL NETO, Onício B. et al. Análise espacial dos casos humanos de esquistossomose em uma comunidade horticultora da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [s.i.], v. 4, n. 15, p.771-780, dez. 2012.

LESSA, Sergio. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2004

_____. **Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 254 p.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013. 845 p

LUSTOSA, M. DAS G. O. P. **Reforma Agrária à Brasileira: Política social e pobreza**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. 413 p.

MACHADO, Luiz C. P. MACHADO FILHO, Luiz C. P. **A dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 356 p

MARTINS, Adalberto Martins. Agroecologia: modelo que alimentos saudáveis e luta pela reforma agrária. *Revista Sem Terra: edição especial Agroecologia*, 2010

MARX, Karl. **O capital livro capítulo VI Inédito**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1978. 76 p.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010. 190 p.

MAZALLA NETO, Wilson. Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho. In: NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Laís. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. Cap. 10. p. 231-262.

MINAYO, M. C. DE S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13a. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p.151-172, jan./jun. 2006

MST. **Programa agrário do MST: Texto produzido para o VI Congresso Nacional do MST**. São Paulo: MST, 2014. 54p

NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo D; SANTOS, Laís (Org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 408 p.

NUNES DA SILVA, J. N. da; MATTOS, J. L. S.; DINIZ, P. C. O.; VASCONCELOS, G. O. S. de. Transição Agroecológica em Assentamentos Rurais: O processo inicial no Assentamento Chico Mendes III/PE-Brasil.. **Revista Brasileira de Agroecologia**. nov. 2009 Vol. 4 No. 2

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. Cap. 3. p. 29-70.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Fflch, 2007. 184 p.

PERNAMBUCO. Secretaria Estadual de Saúde. Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde. **Plano de ações para Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos / 1. ed.** - Recife: Secretaria Estadual de Saúde, 2014. 36p.

PLEIN, Clério. Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização. **Informe Gepec**, Toledo, v. 14, n. 2, p.96-111, jul./dez. 2010. Semestral.

SARTORI, Vitor Bartoletti. **Lukács e a crítica ontológica ao direito**. São Paulo: Cortez, 2010. 128 p.

SILVA JÚNIOR, J. P. **Assentamentos de reforma agrária na zona canavieira de Pernambuco: monopolização das usinas nos territórios camponeses**. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FFLCH, 2009.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A (des)ordem societária e territorial do trabalho. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. Cap. 4. p. 71-86.(a)

_____, A. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. **Pegada**, v. 5, n. 1 e 2, p. 9–30, 2004 (b)

WANDERLEY, Maria N. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cad. Dif. Tecnol.** V. 2, N. 1. Brasília: jan/abril, 1985.

Notas:

1- Não há um consenso em relação a tradução das palavras *Entfremdung* e *Entäusserung*, aqui estamos atribuindo (*Entfremdung*) para a estranhamento/alienação, tidas como sinônimos, e *Entäusserung* para Exteriorização como traduzido por Lessa (2012). Apesar do autor definir Alienação (*Entfremdung*) e Exteriorização (*Entäusserung*) também atribuiremos Estranhamento como tradução de *Entfremdung* conforme tradução de Ranieri em Marx (2010), Antunes (2011) e a versão traduzida pela Boitempo da Ontologia do Ser Social (LUKÁCS, 2013).